

O aumento do déficit externo brasileiro

É PRECISO UMA ESTRATÉGIA CLARA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS GRUPOS EMPRESARIAIS BRASILEIROS

DÍVIDA EXTERNA

ANTÔNIO C. DE LACERDA

Uma das discussões mais pertinentes no tocante aos rumos da economia brasileira é quanto à restrição externa representada por um elevado déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e um passivo externo acumulado ao longo dos últimos anos. O nosso déficit em conta corrente deve chegar este ano a US\$ 27 bilhões, cerca de 4,4% do PIB e representa nossas necessidades de curto prazo, assim como compromissos a vencer da dívida externa também próximos deste número, o que eleva o montante a US\$ 54 bilhões em termos de necessidades de financiamento para este ano.

O total de débitos do País equivale ao passivo externo bruto, que é o montante dos compromissos acumulados em moeda forte. Engloba não só acumulado da dívida externa quanto o estoque de investimentos estrangeiros (diretos e portfólio). Já o passivo líquido leva em consideração os ativos dolarizados do País, como reservas cambiais e depósitos brasileiros no exterior.

Nosso passivo externo líquido (PEL) vem crescendo significativamente nos últimos anos, refletindo aumento do grau de internacionalização de nossa economia. O PEL representa atualmente cerca de 70% do PIB e mais de sete vezes nossas exportações anuais.

Este passivo externo demanda remuneração representada pelas remessas de juros, lucros e dividendos que é refletida na conta de serviços do balanço de pagamentos. No ano passado o resultado dessa conta, que também registra despesas de fretes e seguros, viagens internacionais e outros, representou déficit superior a US\$ 25 bilhões.

Falta projeto para fazer do turismo importante fonte de divisas

No que toca aos investimentos diretos estrangeiros, embora estes sejam vistos como capitais de longo prazo e diretamente relacionados às atividades empresariais, criando instrumento de qualidade para o financiamento do déficit em contas correntes, por outro lado estes investimentos demandam remuneração de seus proprietários, que representam para o País aumento das remessas por conta das transferências de lucros e dividendos.

É exatamente a rigidez da conta de serviços que representa ônus a ser financiado. Nesse ponto, há não só opções inerentes à balança comercial quanto à balança de serviços. No âmbito da balança comercial substituição de importações e, principalmente, expansão das exportações é que representam uma necessidade diante deste quadro.

No tocante à balança de serviços, embora aparentemente mais difícil de ser equacionada, há pontos a ser atacados. Além da

expansão das exportações, é preciso que se contemple projeto mais amplo com relação à inserção externa da economia brasileira, que passa também por ações que envolvem diretamente nosso resultado na balança de serviços, especialmente no que se refere aos itens fretes, viagens internacionais e lucros e dividendos.

Embora a balança comercial tenha maior visibilidade no debate público, outras questões ficam restritas a especialistas. É preciso articular projeto de fazer do turismo importante fonte de geração de divisas. Atrativos naturais não nos faltam, mas isso não basta para incrementar o turismo internacional de larga escala.

Da mesma forma, a conta de lucros e dividendos também pode nos trazer receita, como de fato já ocorre, mas de forma incipiente. É preciso estratégia clara de internacionalização dos grupos empresariais brasileiros, de forma que a "globalização" não seja só de fora para dentro, mas de dentro para fora. Essa discussão gerou livro recente que organizei, a partir da contribuição de economistas das mais variadas correntes teóricas (*).

Todas essas ações não ocorrem só por iniciativa do mercado. É preciso uma articulação e coordenação do Estado para induzir e fomentar as ações do setor privado. Nesse ponto, vale analisar a experiência do Coréia do Sul, o país em desenvolvimento que mais possui marcas mundiais e não por acaso exporta hoje mais que o triplo do volume brasileiro.

Torna-se urgente enfrentar o problema. Se aderir a catastrofismo não deve fazer parte da nossa retórica, da mesma forma a passividade diante da questão não é o mais adequado. É preciso agir para evitar que o aumento da vulnerabilidade externa não venha significar, em futuro próximo, ruptura da trajetória de crescimento da economia e inviabilizar o nosso desenvolvimento.

(*) *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*, Contexto, ganhador do Prêmio Jabuti 2001

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é professor da PUC-SP, presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização (Sobeet) (e-mail: acla-
cerda@globo.com)

